

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA**

**O estômago é um órgão político: resistência, combate à fome e
vínculos de solidariedade em uma cozinhas solidárias na
pandemia de COVID-19**

Samia Oliveira

Orientador:

José Agnaldo Gomes

**SÃO PAULO
2022**

Samia Oliveira

O estômago é um órgão político: resistência, combate à fome e vínculos de solidariedade em cozinhas solidárias na pandemia de COVID-19

Trabalho de conclusão do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Orientador: Prof. Dr. José Agnaldo Gomes

São Paulo

2022

Dedico este trabalho à Tia Vilma, Rose e todas as mulheres na luta popular que subvertem o lugar patriarcal da cozinha como “lugar de mulher”, para ocuparem as cozinhas solidárias como lugar de luta.

Em memória de minha avó, Josefa de Deus Oliveira (ou vovó Dedete), que subverteu a fome do sertão, alimentou 13 bocas dentro de casa e, para além da herança da escassez, nos presenteou com a possibilidade de viver a abundância.

Este trabalho não poderia ter sido escrito sem que tivesse em meu caminho cruzado pessoas que compõem minha história e que me trouxeram até aqui, fazendo parte da minha escrita e de como vejo o mundo. Sou uma mulher profundamente grata aos encontros e ao que deles se cria: há uma poesia que se escreve no espaço entre eu e o outro, tantos outros, quando nos encontramos e nos deixamos afetar por tudo aquilo que nos toca a alma e ressoa no corpo. Essa poética do encontro é também alimento. Comida que nos nutre de afetos, dos mais variados. Dos encontros que pude viver na psicologia, além de aprender técnicas, ferramentas e teorias pude aprender um fazer artesanal, feito com as mãos e com o desejo.

Artesanal, é também, a vida. Aqui, agradeço a todes que fazem parte dessa artefaria, dessa costura que me enlaça à vida e me nutre de poesia: meus amigos, que são outro nome para família e me alimentam de cuidado e parceria todos os dias; meus e minhas professoras, em especial o professor José Agnaldo Gomes que não apenas acreditou na minha capacidade intelectual, mas engrossou o caldo da minha potência ao nos encontrarmos nossos desejos de um mundo-outro; minha família sanguínea, minha mãe, minha dinda, que além de me darem de comer, me deram um tanto de linha e de agulha para que eu pudesse estar aqui, tecendo minhas palavras, hoje lançadas ao mundo acadêmico. Por fim, agradeço Tia Vilma e Rose por alimentarem a chama do meu desejo e incendiarem meu coração de luta.

Adélia Prado escreveu: “minha mãe achava o estudo / a coisa mais fina do mundo. / Não é. / A coisa mais fina do mundo é o sentimento.”

Se essas palavras, aqui escritas nos moldes da academia, ressoam algum sentido, é porque elas estão embebidas de sentimento e transbordam o meu desejo de fazer delas um ato – de amor, luta, poesia e fúria.

“Quem inventou a fome são os que comem”

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Diante da pandemia de COVID-19, que teve início em março de 2020 e perdura até o presente momento, o povo brasileiro retornou à condição de insegurança alimentar: 125 milhões de pessoas vivem em algum grau de insegurança alimentar sem saber se conseguirão garantir suas refeições e 33,1 milhões passam fome no Brasil. O Estado, nesse contexto, tem sido agente de um genocídio em massa da população que deve ser responsabilizado quando não garante condições básicas de saúde, moradia e alimentação. Numa contrapartida de resistência, é o povo, em seus vínculos de solidariedade, articulados nos territórios e movimentos sociais, que colocam comida à mesa: as cozinhas solidárias são agentes de transformação social e combate à fome.

Essa pesquisa parte do *campo-tema* (SPINK,2003) da cozinha solidária, especificamente a do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MTST) do Jardim Iguatemi, na região Leste de São Paulo, buscando percorrer os sentidos políticos e afetivos que emergem dos acontecimentos do cotidiano do trabalho de cozinheiras, das pessoas que se alimentam nas cozinhas e suas relações com o território do entorno, alvo da injustiça e vulnerabilidade social.

Palavras-chaves: Cozinha Solidária; Fome; Solidariedade; Movimentos Sociais; Resistência Política; Psicologia Social; Campo-Tema; Pós-Construcionismo

SUMÁRIO

1. Introdução	07
1.1. A geografia da fome: um breve recorte histórico	07
1.2 Combate à fome: políticas de segurança alimentar.....	10
1.3 A cara da fome: quem passa fome no Brasil do genocídio?.....	13
1.4 O que a psicologia tem a ver com a fome?.....	15
1.5. A solidariedade põe comida na mesa: as cozinhas solidárias.....	18
2. Método	21
3. Análise.....	23
4. Considerações Finais.....	31
5. Referências Bibliográficas.....	34
6. Anexos.....	40

1. INTRODUÇÃO¹

1.1 A geografia da fome: um breve recorte histórico

"A fome é latina, por isso, não é somente um sintoma alarmante: é o nervo de sua própria sociedade."
(Glauber Rocha)

A problemática da fome e da alimentação no Brasil se faz uma discussão urgente em tempos de desmonte das políticas públicas de Segurança Alimentar. Frente à pandemia de Covid-19, com início em março de 2020, revelou-se um abandono do poder público na garantia de direitos básicos de saúde e alimentação. Segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, realizado pela Rede PENSSAN (Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) em dezembro de 2020, 116,9 milhões de pessoas encontram-se em estado de insegurança alimentar e 19,1 milhões de pessoas passam fome no Brasil. Segundo a pesquisa, o Brasil vive um pico epidêmico da fome, em meio a pandemia do coronavírus.

A crise econômica, política e sanitária que assola o país leva consigo a marca perversa da fome, revelando o caráter *necropolítico* (MBEMBE, 2011) do Estado, que além de não garantir a sobrevivência de seu povo, contribui para o agravamento da insegurança alimentar - na ausência de políticas públicas eficazes no combate à fome.

Este quadro permite concluir que vivemos o que tem sido considerado como uma sindemia, englobando tanto os impactos da crise sanitária que afetam todas as dimensões da vida em sociedade como também os determinantes da Insegurança Alimentar situados no aumento da pobreza em paralelo à maior concentração de renda e riqueza entre os segmentos sociais mais ricos. (PENSSAN, 2021, p. 13)

¹ Projeto submetido ao Comitê de Ética da PUC-SP.

A fome, enquanto um quadro endêmico dentro da pandemia de covid-19, é resultado tanto da atual gestão por parte do governo Bolsonaro como de processos socioeconômicos estruturais que já vinham em curso por parte dos desmontes e “políticas de austeridade adotadas pelo Brasil desde 2014, acarretando redução de investimentos relacionados às políticas sociais” (SOUZA et al., 2019 apud PENSSAN, 2021, p. 13). Endêmica, já que manifestada de forma “crônica, parcial ou oculta”, pois

a falta permanente de determinados elementos nutritivos, nos regimes alimentares habituais dos povos subdesenvolvidos e até de uma pequena parcela dos desenvolvidos, provoca a morte lenta de vários grupos humanos no planeta, apesar de comerem todos os dias. É um tipo de fome mais perverso do que a fome epidêmica, porque age sorrateiramente. Ela é caracterizada pela ausência ou presença em quantidades exageradas de certas substâncias alimentares, como os sais minerais, as vitaminas, as proteínas, gorduras, entre outras, e se manifesta em inúmeras doenças. (BRASIL, 2010, p. 21).

Entretanto, a fome não é novidade para a população vulnerável do país, conforme constatamos ao revisitar a história do Brasil.

Em *Geografia da Fome*, Josué de Castro (1984), constrói à época da década de 40, os primeiros olhares ao fenômeno da fome como uma problemática social. Os primeiros inquéritos de mapeamento alimentar nacional surgem a partir de 1932, buscando levantar dados e estabelecer relações entre a alimentação da classe operária e as condições de vida e de trabalho destas.

Já os primeiros restaurantes populares datam de 1940, a partir do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), viabilizado pelo Decreto-Lei nº. 2.478, obrigava as empresas o fornecimento de refeições e instalação de refeitórios para seus trabalhadores (BRASIL, 2010). Até então, vigorava uma concepção malthusiana clássica em que a fome era considerada uma lei natural da vida, um infortúnio da natureza, uma consequência geográfica e climática responsável pela “regulação demográfica e seleção natural” das sociedades humanas (FRUTUOSO & VIANA, 2021, p. 3).

A partir de Castro, prosseguem-se elaborações teóricas e estudos a fim de desnaturalizar o fenômeno da fome e considerá-lo sintoma da desigualdade econômica e social que atravessa o Brasil, de modo a “estudar o problema em

sua realidade total, sem arrebenhar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos” (CASTRO, 1984, p. 34).

Para além de uma questão sintomática, Castro conclui que a fome está à serviço do colonialismo que o território latino-americano sofreu, e continua sofrendo, pois a espoliação da terra, a monocultura de exportação e a agricultura extensiva, criou “nestas terras da América a indústria do ‘fique rico depressa’ para uns poucos e que foi, ao mesmo tempo, a ‘indústria da fome’ para a maioria”. Assim, a fome é entendida como um projeto político, um cerne da própria estrutura neocolonial que produz uma legião de famintos em prol de alimentar a economia de exportação e o investimento externo na produção de capital.

Sob o influxo desta política antinacional cultivaram-se com métodos vampirescos de destruição dos solos os produtos de exportação, monopolizados por meia dúzia de açambarcadores da riqueza do país, construíram-se estradas de ferro exclusivamente para ligar os centros de produção com os portos de embarque destes produtos e instituiu-se uma política cambial a serviço destas manipulações econômicas. Por trás desta estrutura com aparência de progresso — progresso de fachada — permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome. (CASTRO, 1984, p.282).

O presidente Jair Messias Bolsonaro² ilustra a contemporaneidade do que apontou Josué de Castro, ao afirmar que “alimentamos mais de 1 bilhão de pessoas fora do Brasil e a tendência é aumentarmos esse número”, no lançamento do plano SAFRA - plano econômico de trabalho da política agrícola nacional, voltado ao agronegócio, que segundo a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, “tem sido o investimento de maior retorno para o Brasil”. (TV BRASIL, 2021).

A história do combate à fome no Brasil ganha contornos mais contundentes com a criação do Programa Fome Zero, na gestão Lula, em 2003. À época, o país possuía 44 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e o

² Atual presidente da República Federativa do Brasil (sem partido) e político conservador de extrema direita, é investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Pandemia) por incitação a descumprimento de medidas sanitárias durante a pandemia de COVID-19, crime de responsabilidade e alastramento de *fake news*.

programa visava uma política ampla de combate e garantia à segurança alimentar da população, definida como:

[o] direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. Todo país deve ser soberano para assegurar sua segurança alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. É responsabilidade dos Estados Nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas (Instituto Cidadania, 2001, p. 15 *apud* BRASIL, 2010 p. 55).

1.2. Combate à fome: Políticas de Segurança Alimentar

O Programa Fome Zero (PFZ) foi uma Política de Estado consolidada na Medida Provisória 103, de 1º de janeiro de 2003, que estabeleceu: a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Criação de uma assessoria na Presidência da República para cuidar do processo de mobilização popular no combate à fome, criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, destinado à formulação e aplicação de políticas de segurança alimentar, inclusão na Lei Orçamentária Anual alocando 1,8 bilhões ao PFZ, dentre outros. (BRASIL, 2010, p.58). Considerava-se assim, a pobreza um dos principais causadores da problemática da fome, e não a escassez ou falta de oferta de alimentos. A centralidade do programa situava-se em políticas estruturais de redistribuição de renda, geração de empregos e reforma agrária.

A partir de então, a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) assegurando os avanços trazidos pelo Programa Fome Zero e é, em 2010, instituído na forma de Política Nacional através do decreto nº 7272 na Constituição Federal. O decreto visa estabelecer os objetivos e diretrizes da política, bem como seus mecanismos de implementação, monitoramento e avaliação.

Atualmente, grande parte dos esforços do programa Fome Zero têm sido paulatinamente anulados. Os avanços alcançados entre 2004 e 2013 na garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável têm sido arrancados de grande parte da população brasileira.

Os dados mostram que tivemos um retrocesso de 15 anos em apenas cinco; retrocesso ainda mais acentuado nos últimos dois anos (...). É necessário enfatizar que, no período entre 2013 e 2018, a IA grave, portanto, a ocorrência de fome, teve um aumento de 8,0% ao ano, conforme dados da PNAD, de 2013, e da POF, de 2018 (Salles- Costa et al., 2020). Esse aumento é acelerado e passa a ser de 27,6% ao ano entre 2018 e 2020, conforme dados da POF, de 2018, e da VigiSAN, para 2020. (PENSSAN, 2021, p. 52)

Em seu primeiro dia assumindo a cadeira presidencial, Jair Bolsonaro decreta, através da MP 870, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) que “fragiliza o funcionamento do SISAN e compromete processos de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada em todas as esferas do governo” (CASTRO, 2019, p. 2). A partir da extinção³ do CONSEA, perde-se um emblemático símbolo da luta pela alimentação no Brasil, visto que o CONSEA foi responsável pela concepção da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a criação e aprimoramento de outros projetos políticos relacionados à agricultura, agroecologia e agricultura familiar. Era um órgão responsável por pesquisas, debates, discussões e elaboração de saberes que efetivaram uma agenda política comprometida com o avanço da problemática da alimentação no Brasil (CASTRO, 2019). Nesse sentido, com a perda de importantes marcos políticos já consolidados, o Estado é agente de um desmonte em curso cada vez mais explícito e parte de

uma agenda governamental neoliberal de ajuste fiscal em que as regras orçamentárias, a exemplo da Lei do Teto de Gastos, foram desvinculadas das necessidades sociais, políticas públicas desmanteladas, empresas estatais privatizadas e organizações sociais descartadas. O protagonismo mais tímido do Estado daí resultante é visto como requisito falacioso para uma recuperação econômica nunca ocorrida. As mazelas da fome e demais manifestações de IA voltaram a patamares alarmantes, já nos indicadores referentes à POF de 2018, expondo os traços estruturais deletérios calcificados ³da sociedade brasileira que têm encontrado ambiente favorável à sua perpetuação. Seu enfrentamento implica recuperar a capacidade do Estado de agir em favor do interesse público. (PENSSAN, 2021, p. 54)

³Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm

Segundo o atual site do Ministério da Cidadania, o Programa Cozinha Comunitária - política pública voltada a gerir os equipamentos públicos de produção de refeições gratuitas à população vulnerável - dentro da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, seria responsável por produzir no mínimo, 200 refeições diárias em cada uma das unidades do serviço, funcionando por 5 dias na semana e instaladas em locais estratégicos (próximo aos Centros de Referência de Assistência Social e outros equipamentos da Rede de Assistência). O programa, originalmente implementado ainda no Governo Lula dentro do Programa Fome Zero, reunia àquela época 31 programas complementares integrados em eixos que visavam a ampliação do acesso à alimentação, e tinham por objetivo a oferta de refeições, a inclusão social produtiva, o fortalecimento da ação coletiva e da identidade comunitária, o fortalecimento da agricultura familiar, a promoção de processos de geração de renda e articulação, a mobilização e o controle social (BELIK, 2012). A política tinha como eixo principal associar a segurança alimentar às estratégias permanentes de desenvolvimento econômico e social com crescente equidade e inclusão social (CONSEA, 2004). Bem como outros programas, a exemplo os Restaurantes Populares, poucos encontram-se em funcionamento atualmente, de acordo com os Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania⁴, que localizam os serviços em funcionamento oferecidos nos municípios de todo o país.

A ausência de dados do MapaSAN - uma ferramenta extinta de mapeamento e pesquisa das informações sobre a gestão do Sistema e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional - também é um dado, visto que era parte integrante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, órgão extinto com a edição da Lei Nº 13.844, de 18 de Junho de 2019 e atribuído ao Ministério da Cidadania, segundo o Portal Brasileiro de Dados Abertos⁵.

⁴ Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/mops/>. Acessado em 21 de maio de 2021

⁵ Disponível em <https://dados.gov.br/>. Acessado em 21 de maio de 2021

1.3. A Cara da fome: quem passa fome no Brasil do genocídio?

Segundo o extinto CONSEA, toda e qualquer pessoa possui o direito humano à alimentação adequada (DHAA), que consiste em:

Acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Esse direito inclui a água e as diversas formas de acesso à água na sua compreensão e realização. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social. (CONSEA, 2014)

Bem como a Segurança alimentar, entendida como a

realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base em práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2010)

ambos fazem parte do direito inalienável e inviolável à alimentação, previsto no artigo sexto da Constituição da República do Brasil:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015). (BRASIL, 2016)

Apesar disso, esse direito é infringido, violentado e arrancado da população vulnerável do país. A fome tem cor, classe e gênero, assim como a possibilidade de comer também. A desigualdade social afeta diretamente o acesso à alimentação e põe em risco esse direito.

A insegurança alimentar é classificada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) em diferentes níveis, segundo o Instituto Ibirapitanga (2020): insegurança alimentar leve, diz respeito à preocupação quanto ao acesso aos alimentos no futuro e qualidade da alimentação comprometida; moderada, ao acesso a uma quantidade restrita e insuficiente de alimentos; e grave, consiste na privação severa no consumo de alimentos, incluindo situação de fome.

Famílias compostas por pessoas brancas, de classe mais alta e chefiadas por homens tendem a viver em maior nível de segurança alimentar, enquanto famílias chefiadas por pessoas pretas ou pardas representam 74% da população

vivendo em situação de insegurança alimentar grave; assim como famílias chefiadas por mulheres representam 52% dos lares em vulnerabilidade quanto ao acesso à alimentação saudável e adequada (INSTITUTO IBIRAPITANGA, 2020).

A desigualdade social é um fenômeno que marca profundamente a sociedade brasileira. Remonta ao período colonial e suas mazelas, que se atualizam constantemente no modo de produção capitalista, revelando seu caráter estruturante de nossa sociedade. Segundo Guerra et al. (2014), a exclusão social é um fenômeno intrínseco ao desenvolvimento do capitalismo. É através dela e por razão dela que o sistema capitalista opera e se ratifica

cada trajetória de desenvolvimento terminou por estabelecer indissociáveis relações de causalidade entre as estruturas e as dinâmicas sociais próprias. Assim, a capacidade de geração, apropriação e utilização do excedente econômico expressou o regime de classes sociais e de competição intercapitalista. (GUERRA ET AL, 2014, p. 14)

Segundo Neri (2021), em 6 meses o número de pessoas em situação de pobreza foi multiplicado em 3,5 vezes durante a supressão do auxílio emergencial: de 4,63%, em 2020 (com a distribuição do auxílio) o número de pobres subiu para 16,1% em 2021. Em 2019, antes da pandemia de Covid-19, o índice de pessoas em situação de pobreza correspondia a 10,97%.

Esses dados nos mostram a materialidade do fenômeno da desigualdade em sua dimensão objetiva. Porém, segundo Bock & Melsert (2015), a desigualdade é multideterminada e, além da objetividade determinada pela renda, classe, raça e gênero, ela é também construída numa esfera subjetiva: nos sentidos, significados e simbolismos da experiência humana.

A fome é a marca incontestável do corpo vulnerável e relegado à marginalização social. Ela é também o amarelo que colore o mundo na cor da fome, nas palavras de Carolina Maria de Jesus:

A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? Parece que quando eu nasci o destino, marcou-me para passar fome. Catei um saco de papel. Quando eu penetrei na rua Paulino Guimarães, uma senhora me deu uns jornais. Eram limpos, eu deixei e fui para o depósito. Ia catando tudo que encontrava. Ferro, lata, carvão, tudo serve para o favelado. O Leon pegou o papel, recibi seis cruzeiros. Pensei guardar o dinheiro para comprar feijão. Mas, vi que não podia porque o meu estômago reclamava e torturava-me.

...Resolvi tomar uma media e comprar um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as arvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos.

...A comida no estomago é como o combustível nas maquinas. Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar. Comecei andar mais depressa. Eu tinha impressão que eu deslisava no espaço. Comecei sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida. (DE JESUS, 2014, p. 38)

Carolina escreveu seu *diário de uma favelada* em meados da década de 50, mas as mazelas sociais pelas quais passou persistem até os dias atuais. 66 anos depois, vemos os jornais povoados de notícias que denunciam o retorno do Brasil a patamares alarmantes de miséria e mostram a cara de um povo que sofre a dor da fome diariamente.

Ossos e carcaças de animais, restos provenientes de açougues e supermercados, são recolhidos por caminhões que são procurados pela população faminta do Rio de Janeiro (EXTRA, 2021). Caminhões de lixo carregados de alimentos vencidos todas as semanas, em bairro nobre de Fortaleza, se tornam a única opção para quem tem fome (G1, 2021). Esses retratos que voltam a estampar os jornais de forma cotidiana demonstram a infeliz atualidade do tema e da lastimável realidade que habita os lares brasileiros.

1.4 O que a psicologia tem a ver com a fome?

Talvez, com a urgência dos dados aqui apresentados, o leitor acredite ser óbvia a relevância do tema para toda e qualquer área comprometida socialmente com as melhorias das condições de vida do povo brasileiro. Entretanto, o campo do conhecimento da psicologia - de onde parte esse trabalho - nem sempre compreende essa relação como óbvia. Vinda de pressupostos epistemológicos da ciência positivista, a trajetória da psicologia como ciência nem sempre se cruza com o compromisso social, já que os saberes construídos são saberes de

seu tempo, construídos historicamente, e, no caso da psicologia, tem suas origens a partir de sociedades ocidentais capitalistas e de origem europeia. Apesar de sua história pregressa, a psicologia como ciência e profissão no Brasil foi regulamentada pela Lei 4119/62⁶. É claro que, passados quase 60 anos desde sua regulamentação, existem muitas psicologias e novos horizontes sendo trilhados pelo campo. Entretanto, é preciso salientar o caráter ideológico presente na história da psicologia e seus efeitos na produção de saberes ainda na contemporaneidade.

A história da psicologia no Brasil nos lembra de uma importação de conceitos, técnicas, metodologias e teorias europeias aplicadas e reproduzidas em terras tupiniquins, de forma acrítica e pouco adaptada à sociedade brasileira. Vale salientar, a psicologia surge aqui não apenas como forma de reprodução do conhecimento europeu, mas como uma ferramenta da colonialidade em favor do controle social, repressivo e higienista, uma vez que o racismo se entranha e é naturalizado na constituição dos saberes científicos positivistas do século XIX. Nesse sentido, não se fazia uma psicologia voltada para povos ameríndios e africanos que, na realidade, compõe a população majoritária do país. Ao contrário, se fazia (e se faz, ainda) uma psicologia branca, racista, que é também um aparato ideológico de *embranquecimento* (GONZALEZ, 2020) da identidade cultural negra e indígena brasileira, ao sistematicamente utilizar das teorias e técnicas européias como universais. Saberes estes que produziram concepções psicológicas, principalmente dentro do campo médico e da educação, que corroboravam com a ideia de "degenerência e imoralidade das raças", com interesse de categorizar e diferenciar os povos, contribuindo para a dominação destes e para com a higienização da sociedade brasileira (BOCK, 2009) que têm força ideológica até hoje.

O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de

⁶ Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 que Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em: https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/15/2016/12/Lei-4119_1962.pdf

estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (GONZALEZ, 2020, p. 110)

Segundo Lélia Gonzalez (2020), o Brasil é “um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas” (p. 107) que teve suas raízes latino-africanas negadas e apagadas da identidade cultural. Quijano (2005) pontua que o eurocentrismo aplicado à latino-america “opera como um espelho que distorce o que reflete” (p.118), já que não podemos nos identificar na imagem refletida e tampouco nos desidentificar de nossos algozes.

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. (QUIJANO, 2005, p. 118)

Paralelamente, a tradição da psicologia, ideologicamente branca e eurocêntrica, tem suas origens numa prática de manutenção do racismo e de higienização social, pouco comprometida em reparar efeitos da dominação e da colonialidade e pouco interessada na transformação social desse cenário. Nesse sentido, é possível afirmar que a história da psicologia é marcada pelo *pacto da branquitude* (BENTO, 2022), que atravessa todos os campos de saberes e se recusa a recordar as violências não apenas sofridas pelas populações negras, mas as violências empreendidas pela população branca nas práticas de dominação. Segundo Bento (2022), “o pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo” (p. 25) e esconde, nas práticas psicológicas, os segredos coloniais guardados nas teorias e técnicas eurocentradas.

Cabe aqui reivindicar uma psicologia como projeto de transformação, engajada e posicionada politicamente (BOCK, 2009). Nesse sentido, González convoca a categoria político-cultural de “*amefricanidade*” (op. cit.) para resgatar a identidade política do povo brasileiro, ao reivindicar dentro da luta feminista, um feminismo afro-latino-americano. Em consonância, a psicologia social deve buscar por uma psicologia afro-latino-americana, que seja coerente e comprometida com a realidade brasileira.

Felizmente, contribuições dos estudos do campo da psicologia social têm encontrado cada vez mais espaço na psicologia e encontrado terreno fértil para atuação de psicólogas e psicólogos nas políticas públicas, assistência social, instituições, pesquisas, enfim, em práticas que colocam foco sobre as problemáticas político-econômicas que geram, ou melhor, são o próprio motor da desigualdade social e que produz sofrimento nos sujeitos. Desde a década de 1960, observa-se o surgimento e fortalecimento de uma psicologia crítica sobre a psicologia eurocêntrica, em especial a psicologia da libertação e psicologia latino-americana que reúne inclusive entidades da psicologia, como a União Latino-Americana de Entidades da Psicologia – ULAPSI⁷.

Reconhecer no sofrimento humano suas dimensões político-ideológicas é reconhecer que a dor da fome que aflige e agoniza os sujeitos tem cor, classe, raça, gênero e etnia. Ao darmos uma dimensão política ao sofrimento e termos uma leitura crítica da realidade devemos, sobretudo, localizar de onde parte nossa escuta e qual posição tomar diante dele em nossas práticas. Posicionarmo-nos requer uma ação reflexiva diante da realidade, comprometida a transformá-la.

1.5. A solidariedade põe comida na mesa: as cozinhas solidárias

Tem barriga vazia fazendo chorar
Mas a cidadania tem uma missão
Fazer esse mundo se mobilizar
Pra nunca mais faltar o arroz e o feijão
E assim a dor é estancada
É gente, é tão urgente
E chega em todas as quebrada
Uma corrente assim de vários camarada (é nós)
Pra todo mundo ter uma ceia abençoada
Chegar em todas as família'
E a luz que brilha
É de todos nós, todos nós
Juntos nessa guerrilha
Firmeza firmão de coração
Quem tem fome, tem pressa

⁷ A ULAPSI é uma entidade que congrega países latinos visando a integração de suas atividades científicas, acadêmicas e profissionais no campo da Psicologia e objetiva a criação de saberes que concernem a identidades e culturas latino-americanas, de maneira crítica e comprometida socialmente com a produção científica de uma psicologia latino-americana. Estatuto disponível em: http://ulapsi.org/web/wp-content/uploads/2021/07/Estatuto-ULapsi_NOVA-REDA%C3%87%C3%83O_2019_portugu%C3%AAs.pdf

Então corre irmão, vamo'.
(Ação Cidadania - Quem tem fome tem pressa)

Enquanto houver amor, eu mudarei o curso da vida
Farei um altar pra comunhão.
Nele, eu serei um com o mundo até ver
O ponto da emancipação
Porque eu descobri o segredo que me faz humano
Já não está mais perdido o elo
O amor é o segredo de tudo
E eu pinto tudo em amarelo
(Emicida - Tudo que nós tem é nós)

Na ausência do Estado e diante do desmonte das políticas públicas, a sociedade civil produz esforços notáveis de solidariedade social e de resistência para enfrentar a crise de insegurança alimentar. É o povo, em seus elos afetivos e políticos, que combate a fome e a miséria que assola o país, através de coletas de cestas básicas para distribuição em seus territórios; também nascem projetos de ONGS, de iniciativas privadas e projetos insurgentes dos movimentos populares, políticos e sociais, como Movimento Sem Terra e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, pelos quais me atenho no presente trabalho.

As cozinhas solidárias nascem em diferentes regiões e contextos. Espalham-se pelo país, organizadas coletivamente, para produzir refeições a serem distribuídas diariamente para as populações vulneráveis. Há uma ação popular organizada em âmbito nacional como resposta a essa crise humanitária que têm produzido a fome como seu principal sintoma social. O MTST está em processo de instalação de 26 cozinhas solidárias, em 11 estados brasileiros, contemplando as regiões periféricas e vulneráveis do território nacional (MTST, 2021).

No estado do Paraná, o MST-PR desenvolveu o programa Marmitas da Terra, que produz semanalmente mais de 1.100 marmitas e, em um ano de projeto, já foram doadas mais de 600 toneladas de alimentos em todo o estado. Segundo a coordenação no projeto, “a ação não se centraliza somente em levar marmitas para essas famílias e sim em incentivar a criação de hortas, cozinhas e padarias coletivas nos bairros” (MST, 2021). Em todo o Sul do país, foram doados cerca de 956,4 toneladas de alimentos produzidos nos assentamentos rurais da

Reforma Agrária. Walter Belik, um dos criadores do Programa Fome Zero já anteriormente citado no presente trabalho, estima que 60 milhões de pessoas estão dependendo da solidariedade das ações populares para se alimentar durante a pandemia (BRASIL DE FATO, 2021).

Nesta pesquisa, irei me ater às cozinhas solidárias do MTST que, ao todo, já são 31 unidades em todo o Brasil, nas regiões periféricas das cidades em que estão instaladas; a mais recente, inaugurada dia 14 de junho de 2022, fica na praça da Sé, em São Paulo (REDE BRASIL ATUAL, 2022). É na região central onde vive a maior parte da população em situação de rua da cidade, que aumentou em 31% nos últimos dois anos, segundo o último Censo da População em Situação de Rua feito pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) (AGÊNCIA BRASIL, 2022). Todas as cozinhas foram construídas através do sistema de mutirão pelos moradores da região, militantes do movimento e voluntários, que se reúnem para construí-las e organizá-las. O financiamento do projeto no que diz respeito à construção, abastecimento e manutenção das cozinhas é feito através de uma campanha de arrecadação onde as doações são feitas através de um site na internet, pela população em geral. Também há parcerias entre movimentos, como MST e MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) para o fornecimento de alimentos, pois a ideia é que o projeto não seja refém dos grandes monopólios de mercados, segundo Ana Paula Perles, coordenadora do projeto (MÍDIA NINJA, 2021). Com as doações, soma-se a distribuição de 740 mil marmitas para pessoas que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional. (REDE BRASIL ATUAL, 2022). As cozinhas possuem hortas comunitárias em conjunto, que tem o objetivo de geração de renda e de manutenção da própria cozinha (MÍDIA NINJA, 2021). O trabalho no dia a dia dessas organizações políticas, como propõe Nóbrega (2013), entendendo o cotidiano “como um espaço onde há vida, único lugar possível para a ação social” (p. 23).

a experiência cotidiana empreendida e vivida por pessoas comuns repercute e se agiganta nesse mesmo dia-a-dia, transformando os preceitos e as ideias socialmente difundidas de que a mudança pertence apenas às esferas da vida às quais, nós, pessoas comuns, não temos acesso. (NÓBREGA, 2013, p. 22)

Meu interesse ao tema parte de um sentimento de indignação frente aos retrocessos que temos vivido e um lampejo de esperança que vejo emergindo

da vida vivida, feita por gente que transforma, produz novos horizontes possíveis e resiste à morte com políticas de afirmação da vida; pessoas essas que também me convocam ao desejo de me juntar a elas e agir, compreendendo que a única saída é a coletividade e a organização de nossos afetos mobilizados e engajados com o mundo e a realidade social. Emicida, no álbum *AmarElo*, nos fala: “enquanto houver amor, eu mudarei o curso da vida”. Nós, essa unidade indissociável em comunhão, é que *mudaremos o curso da vida* e poderemos juntos imaginar, criar, e pintar um mundo do amarelo da solidariedade social, e não mais do amarelo da fome.

Pretende-se nesta pesquisa compreender e registrar a experiência das cozinhas solidárias, em suas dinâmicas organizativas e relacionais - entre cozinheiros e cozinheiras, entre a cozinha e o território - percorrendo as relações afetivas, os vínculos de solidariedade e intersecções políticas nelas vivenciadas como um lugar de resistência, comprometidas política e subjetivamente com o combate ao fenômeno cruel e perverso da fome.

2. Método

Esta pesquisa parte da concepção de *campo-tema* (SPINK, 2003) como forma de investigação na cozinha solidária do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST), no Jardim Iguatemi, zona leste de São Paulo, que se organiza social e politicamente voltada para o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

Contou com conversas com trabalhadoras militantes da cozinha solidária do MTST e pessoas que se alimentam das refeições produzidas pela cozinha, com idade acima de 18 anos, cuja participação na pesquisa foi por elas autorizada, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), em anexo no corpo deste trabalho.

Como propõe Spink (2003), na investigação campo-temática não há coleta de dados porque diferente da “pesquisa de campo”, em que há fatos empíricos a serem observados e interpretados, o campo-tema é um “complexo de redes de sentidos que se interconectam” (p. 28). Desse

modo, os lugares, eventos, conversas, acontecimentos fazem parte dos sentidos e significados que são construídos num processo contínuo e multi-temático no cotidiano.

Entendendo as cozinhas solidárias como um *campo-tema*, me implico e me coloco dentro das cozinhas, fazendo parte do cotidiano e presente nos acontecimentos dos *micro-lugares* (SPINK, 2008) que compõem esse cotidiano.

Os micro lugares e seus diferentes horizontes são produtos e produtores de vários processos sociais e identitários: nós, eles, os temas a serem debatidos, com quem conversamos, como e onde vivemos. Denso, o cotidiano se compõe de milhares de micro-lugares; não é um contexto eventual ou um ambiente visto como pano de fundo. Os micro lugares, tal como os lugares, somos nós; somos nós que os construímos e continuamos fazendo numa tarefa coletiva permanente e sem fim. (SPINK, 2008, p. 71)

Desse modo, diálogos, fragmentos de conversas e eventos corriqueiros do cotidiano da cozinha solidária serão parte de uma trama de sentidos a serem costurados nesta pesquisa não apenas por mim, mas por todos que de algum modo estejam presentes e sejam interlocutores de suas próprias vivências.

Apresento, no próximo capítulo, as análises que pude tecer a partir das minhas vivências no campo-tema, registradas através do meu bloco de anotações, aqui entendido como propõe Spink (2003): “a conversa e o bloco de anotações não são acontecimentos independentes; o bloco de anotações é também parte da conversa, ele também é constitutivo” (SPINK, 2003, p. 29). Nesse sentido, ao falar das minhas vivências falo também dos meus interlocutores, pois, segundo Gomes (2005):

O mundo social pode ser compreendido a partir da perspectiva dos indivíduos interligados e diretamente envolvidos como co-construtores da “realidade social”. Nessa ótica, também o pesquisador está envolvido na construção dessa “realidade”. Na perspectiva construcionista não há o ponto de vista hegemônico e privilegiado do observador isento por causa do seu “olhar distanciado”. Na pesquisa, a compreensão e a articulação dos fenômenos soltos acontece na inter-ação entre pesquisador e “agente de pesquisa”. (GOMES, 2005, p. 57)

3. Análise – O estômago é um órgão político: resistência, afetos e vínculos de solidariedade na cozinha solidária do Jardim Iguatemi/Zona Leste de São Paulo

Gente viva brilhando, estrelas na noite
Gente quer comer, gente quer ser feliz
Gente quer respirar ar pelo nariz
Não, meu nego, não traia nunca essa força, não
Essa força que mora em seu coração
Gente lavando roupa, amassando o pão
Gente pobre arrancando a vida com a mão
No coração da mata, gente quer prosseguir
Quer durar, quer crescer, gente quer luzir
(Gente - Maria Bethânia)

A cozinha Solidária do Jardim Iguatemi se localiza no extremo leste de São Paulo: saindo da Vila Prudente, onde moro, me desloco pelo monotrilho em direção à São Mateus. Lá, pego o ônibus 3099-10 em direção ao Jardim da Conquista e meu ponto de parada é a Travessa Tristeza do Jeca. Lá, atravesso uma passarela para cruzar a Av. Marginal Projetada, subo uma escadinha e ali estou no Jardim Nova Vitória. Do topo da escada, tenho a visão do território que cerca a cozinha - à frente, localiza-se o Jardim da Conquista e, ao sul, o Jardim Iguatemi. A visão é panorâmica, o céu azul e limpo de outono é o plano de fundo das moradias irregulares - casas de tijolo exposto e barracos de madeira compõem a paisagem urbana do território.

Seguindo em frente, na Rua Águia, logo avista-se um cartaz em letras garrafais escrito “Cozinha Solidária Jardim Iguatemi / Almoço grátis”, ao lado do símbolo da cozinha: uma casa, dentro dela uma panela e talheres, junto do símbolo do MTST. Abrindo o portão, se vê uma escada que, descendo, leva ao espaço da cozinha. Ali, forma-se a fila no horário do almoço, que é distribuído entre 12h e 13h. Da escada, após me deparar com a fila, me deparo com um segundo portão grande e vermelho em madeira mais à frente em que está colado um cartaz “metade da humanidade não come e a outra metade não dorme com medo da que não come”. Descendo as escadas, à esquerda, há um espaço de convivência com uma mesa coletiva e à frente vemos uma janela que dá para a cozinha propriamente dita. Ao lado direito, na parte externa, há uma horta onde se planta chuchu, couve, coentro, pimentas, etc, de forma orgânica. Em São Paulo, o MTST conta com duas cozinhas na Zona Sul (Grajaú e Jardim Ângela), uma na Zona Leste (Jardim Iguatemi) e uma na Zona Norte

(Brasilândia). Com uma estrutura situacional, ou seja, de instalações simples, de madeira, e com o objetivo de entrar rapidamente em atividade, a cozinha do Jardim Iguatemi completou um ano de seu funcionamento em 4 de maio, momento que, em 2021 quando foi inaugurada, estávamos passando pelo pico da pandemia de COVID-19.

A fila do almoço é tecida por pessoas já conhecidas por Tia Vilma e Rose - cozinheiras responsáveis pela produção da CS Jardim Iguatemi. Seu Rogério, morador do território, que espera à fila e assiste Vilma conversando com outrem, diz “a tia passa uma coisa boa, de alma”. E é assim que sou recebida. Sem me conhecer, tia Vilma me acolheu de braços abertos, me presenteou com um pano de prato bordado com o símbolo da CS (que está, desde então, embelezando a cozinha de minha casa), me intimou - quase como uma bronca de mãe - a almoçar sua comida. Me fez sentir em casa. Fiz meu prato: galinha cozida, arroz, polenta, acompanhados do chuchu e da couve colhidas da horta.

A horta é singela e não daria conta da produção diária: só de arroz e feijão são produzidos, em média, 10 e 7 kg respectivamente todos os dias. Os insumos vêm de doações espontâneas, de arrecadações por congregações de igrejas da região de Itaquera e do movimento Revolução Solidária. A CS opera de segunda a sábado; às 8h30, com a chegada de Rose e Tia Vilma, únicas responsáveis pela produção, inicia-se o trabalho e, entre 12h e 13h, é servido o almoço. Pessoas em situação de rua e moradores do entorno, desempregados, vivendo apenas do auxílio Brasil são os principais grupos de pessoas que buscam se alimentar todos os dias na CS. Grupos estes compostos em sua maioria por pessoas negras e mulheres - que retiram a quentinha ou, no caso das mães, que vão com seus potes e vasilhas para buscar a quantia de alimento necessária para alimentar toda a família.

Carolina Maria de Jesus, em seu diário, escreveu: “e assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!” (JESUS, 2014, p. 27) sobre um dos episódios de extrema vulnerabilidade que narrou em seu diário. 13 de Maio, dia da abolição da escravatura, Carolina pontuava que quem tem a possibilidade de comer são os brancos. Em 13 de maio de 2022, observava formar a fila, em sua maioria composta por pessoas negras, que compartilhavam comigo a situação que estão vivendo: a escassez extrema, a impossibilidade de fazer as compras básicas de mercado com a alta dos preços dos alimentos e do

botijão de gás e com o fantasma do desemprego assombrando seus lares. Dona Rivânia, que foi buscar comida para ela e mais 6 pessoas que com ela residem, conta que seu marido, arrimo da família, acabara de perder o emprego, e que não está recebendo o auxílio Brasil, mesmo cadastrada no CadÚnico e não possuindo renda. A fome não é apenas uma condição orgânica ou da inacessibilidade dos alimentos: a feitura de uma refeição é atravessada por determinações político-ideológicas, econômicas e sociais e produz *sufrimento ético-político* (SAWAIA, 1999) à medida que

retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto. (SAWAIA, 1999, p. 104-105)

Ao contar à Tia Vilma sobre meu objetivo com a pesquisa - de memória e testemunho do trabalho que as CSs estão desempenhando no combate à fome e que deve ser registrado - ela compartilha comigo sua trajetória no movimento político por moradia, que está há 9 anos no MTST e que através da luta por moradia pôde ter não apenas a perspectiva de um dia ter sua casa própria, mas também fazer do ato de ocupar como transformador da condição de sua própria vida. Conta também que neste 1 ano de trabalho na CS não está envolvida nos trabalhos de base pois o cotidiano da CS, segundo ela, impede que ela esteja presente nos atos políticos propriamente ditos, mas me diz que “todo dia, isso aqui [a cozinha] é um ato. No trabalho de formiguinha”.

Rose, há 7 anos no movimento, já conquistou sua casa própria, mas diz que apesar disso, não pensa em largar o movimento: “você se apaixonou pela luta”. Em minha primeira visita à cozinha, além da presença das pessoas na fila para buscar suas refeições, também estão presentes brigadistas do setor de arquitetura - militantes do movimento que estavam ali para estudar a estrutura atual da cozinha e elaborar um projeto de reforma para a instalação de uma estrutura física permanente em alvenaria. Também estavam presentes brigadistas do setor de educação, realizando um projeto de reforço escolar para as crianças na área de convivência, que acontece aos sábados. Na área de

convivência também ficam disponíveis doações de roupas que podem ser levadas pelos usuários durante o horário do almoço.

Como projeto futuro, pensa-se a presença de brigadistas do setor de saúde produzindo ações de cuidado em promoção/prevenção, bem como a presença de militantes fazendo o que, no movimento político, nomeia-se *trabalho de base* - apresentar o que é a luta por moradia para quem chega e ser uma ponte de acesso à crítica, à consciência de classe e à resistência política. Nesse sentido, de continuidade e horizontes do trabalho, pensa-se na cozinha como espaço de acolhimento: ao acolher, em sua dimensão política, busca-se fazer um esforço de integralidade de ações em diferentes frentes, de modo a garantir não apenas o direito à alimentação, como também a organização coletiva que desemboque no acesso, garantia e luta por outros direitos fundamentais.

Na CS, a palavra acolhimento ganha uma pluralidade de sentidos em suas múltiplas dimensões - afetos e militância se misturam e tornam-se uma amálgama em que um aspecto é indissociável do outro. Isso fica evidente nas figuras que estão à frente da CS: Tia Vilma e Rose condensam, cada uma a sua maneira, essa composição entre luta e solidariedade - o afeto como ação política que se materializa e se concretiza na prática cotidiana, onde a cozinha se torna um espaço de acolhida e implicação. Da mesma forma, como não estou neutra no campo-tema, também sou convocada e me implico no fazer - participo na cozinha, no que é possível fazer sem atrapalhar os processos, e sou convidada por Tia Vilma a compor o movimento, ser incluída na brigada de saúde de modo a participar ativamente no MTST.

Não só por um desejo de saciar a fome de quem não tem o que comer, mas por um desejo de transformação que não mais produza a fome como sintoma social, a cozinha solidária contempla dimensões de contestação e denúncia sobre a atual política genocida em curso; contempla dimensões de uma solidariedade política às vítimas do Estado, e contempla dimensões de utopia de uma sociedade mais justa. A cozinha solidária não deseja substituir o Estado, mas faz a denúncia sobre um projeto de governo que deliberadamente afronta os direitos e a própria democracia.

É preciso salientar a dimensão política da solidariedade a que me refiro. A solidariedade é um princípio ético norteador das ações dos movimentos políticos, na luta popular e, na especificidade das Cozinhas Solidárias, a que me refiro

neste trabalho. Na ausência de políticas institucionais, os elos comunitários se fortalecem tendo como terreno a *amizade política*, como elemento fundamental de proteção social. Em contextos de repressão e falta de representatividade política, “a formação de grupos de base apoiados em laços primários de solidariedade permitem certa proteção imediata ante o clima social de medo” (BRANT, 1983 *apud* SVARTMAN & GALEÃO SILVA, 2016, p. 336) e carência.

A noção de amizade política é uma importante característica da convivência comunitária capaz de enfrentar o problema da dominação. A sociedade capitalista tem como norma a competição entre os seus membros, e, de maneira geral, a amizade fica reservada aos relacionamentos íntimos. A proximidade afetiva em espaços públicos é percebida na maioria das vezes como interesseira. Não se trata aqui do vínculo por interesses que caracterizam os sócios ou os lobbys na política. Deixa-se de perceber que no convívio público a amizade política significa um sentimento necessário para o convívio e o respeito. A noção de amizade política tal como formulada, influenciada de forma decisiva pela compreensão da amizade como amor mundi presente na obra de Hannah Arendt (Aguiar, 2011), revela a necessidade que temos de convivência comunitária para crescermos na experiência de enraizamento no mundo. (SVARTMAN & GALEÃO SILVA, 2016, p. 341)

As cozinhas solidárias (CS), assim como a luta pela moradia, compõem dentro da luta popular pela reforma agrária, uma bandeira pela alimentação e combate à fome. É preciso marcar o valor político da ação solidária, pois ela representa uma reivindicação por direitos sociais e uma ação de resposta à ausência destes, e não uma busca por substituir a urgente necessidade da promoção das políticas públicas no país. As cozinhas passam a ser, mais do que um espaço de produção de alimentos mas também um *locus* político dentro dos movimentos sociais, que, na ausência do Estado, se vale da soberania popular para resistir e enfrentar a problemática social, sob a forma de denúncia, reivindicação e ação direta sobre o tema urgente da fome. Em paralelo, como pontua Castro (2015), a cozinha também é um lugar “privilegiado de compreensão do estilo de vida dos atores, e igualmente como um ponto de partida para repensar criticamente o Estado desde suas margens” (p.12). Nesse sentido, cozinheiros e cozinheiras são atores fundamentais que põem em xeque as estruturas, desafiam a ordem vigente e são agentes ativos de transformação social.

À exemplo da *amizade política* (SVARTMAN & GALEÃO SILVA, 2016), pude presenciar em uma de minhas visitas, o acolhimento na CS de uma família de pessoas bolivianas, recém chegadas ao Brasil e moradoras do Jardim Iguatemi.

A mãe, Célia, chegou após o encerramento do almoço com seus dois filhos. O mais novo, com sintomas gripais. Nesse dia, brigadistas do setor de saúde estavam presentes fazendo uma ação de aferição de sinais vitais para monitoramento da pressão das crianças. Mesmo após já organizada a CS para finalização do dia, o médico brigadista atendeu a família, fez uma consulta ali mesmo cuidando para que suas instruções e receituários fossem plenamente compreendidos pela mãe. Tia Vilma já a conhecia e sabia da situação de vulnerabilidade em que a família está e articulou, de imediato, a compra de um botijão de gás com o mesmo fornecedor da CS, para ser entregue na casa de Célia. Todos os presentes concordaram e participaram de uma vaquinha que seria destinada à compra. Tia Vilma não escondeu a emoção: “se vocês soubessem que hoje meu dia tá ganhado... Por causa dessa mãe. Mais um dia de missão cumprida”, disse com os olhos marejados. A própria alcunha que Vilma recebe, de tia, revela a dimensão político-afetiva que tem sua presença. Tia Vilma é um elo de ligação que enreda os sujeitos no laço comunitário: tem sobrinhos políticos espalhados pelo território que se encontram na fila do almoço. Há também, na CS, uma preocupação não apenas em alimentar a população, mas alimentar com qualidade: um posicionamento político que marca que a nutrição e o valor nutricional dos alimentos é também atravessado por fatores políticos e sociais. A quem é possível evitar ultra processados, por exemplo, na cocção de alimentos? Quem pode acessar produtos orgânicos, livre de agrotóxicos? Nem sempre é possível evitá-los na produção em larga escala da CS em que os insumos são frutos de doações, mas há um interesse e um projeto em que se possa, progressivamente, alcançar uma alimentação adequada e saudável. Brigadistas do setor de saúde, em especial da nutrição, em dado momento ofereceram uma aula sobre o uso de temperos caseiros, os malefícios dos industrializados e possibilidades de serem criadas no ambiente de alta produção da CS. O que se come, o que se pode acessar, o que é servido no prato (e o que não serve) é atravessado pela conjuntura e, por isso, tão político quanto.

Diante do *sofrimento ético-político* (SAWAIA, 1999), o combate à fome nas CS revela-se como uma *potência de ação* à medida que todas essas práticas aqui elencadas estão materializadas no cotidiano pois podem ser geradoras “de transformações sociais, principalmente quando desencadeia ações coletivas”

(MIURA & SAWAIA, 2013, p. 338). As próprias histórias de Tia Vilma e de Rose são exemplos disso, ambas mobilizadas na luta por moradia, têm suas vidas transformadas através da potência de ação que está inserida nas vivências que têm no movimento.

Ao início desta pesquisa, trago os dados do primeiro Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, divulgado em 2021, cujo número de pessoas passando fome, em dezembro de 2020, era de 19,1 milhões. Ao cabo desta pesquisa, novo Inquérito da Rede PENSSAN publicado em junho de 2022, traz o assombroso aumento de 9% para 15,5% subindo o número de pessoas com fome para 33,1 milhões de brasileiros (PENSSAN, 2022). 14 milhões de pessoas, entre 2021 e 2022, passaram a conviver com a realidade cruel, perversa e avassaladora da fome e 125,2 milhões vivem em algum grau de insegurança alimentar (PENSSAN, 2022). No mesmo dia da divulgação dos resultados da nova pesquisa, a militância do MTST se organizou num ato na praça de alimentação do Shopping Iguatemi localizado na Faria Lima, região de elite de São Paulo (G1, 2022). Levantavam bandeiras do Brasil pintadas em vermelho simulando sangue e sobre a insígnia da “ordem e progresso”, a palavra “fome” escrita em letras grandes e vermelhas. Em um dos cartazes levantados lê-se: “morte de fome é morte matada”, revelando a ausência e ineficácia das políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome, já que morre-se de fome num dos maiores países produtores do agronegócio. O Estado, nesse sentido, opera a partir do *necropoder* (MBEMBE, 2018), criando “mundos de morte”: a crise político-econômico-sanitária fruto da gestão Estatal e das políticas por ele adotadas no (não) enfrentamento da crise, recai no custo de vida das populações mais pobres e marginalizadas e desemboca no genocídio em massa das inúmeras vidas ceifadas não apenas pela letalidade de um vírus contagioso, mas pela letalidade de um Estado soberano e colonial (ibd.). Enquanto as populações brancas e elitizadas, ainda que possam vir a sofrer impactos econômicos, não perdem sua condição de sujeito de direitos e de subjetivação - não são destituídas de sua humanidade - as populações vítimas da injustiça social e vulnerabilizadas por um Estado que ativamente produz vulnerabilidades são “submetidas à condições de vida que lhes conferem o estatuto de 'mortos-vivos'”(ibd.).

A temática da fome se insere como uma temática também pertinente no campo da psicologia à medida que os povos que foram colonizados, dominados e oprimidos, mesmo após a descolonização, vivem ainda sob o poder da colonialidade, intrínseco ao capitalismo. Quijano (op. cit) afirma que a colonialidade do poder “é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial” (p. 34), pois não há modernidade sem que haja a colonialidade sustentando a ideia de raça e operando as desigualdades sociais. Poder este, como aponta Fanon (1968), que define quem importa e quem é descartável, quem se alimenta e quem passa fome, quem vive e quem morre e que se atualiza nas novas formas de dominação contemporâneas.

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra (...) é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. **A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão e de luz.** A cidade do colonizado é uma cidade acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. (FANON, 1968, p.29)

O direito à alimentação é um direito humano básico que, não sendo assegurado pelo Estado, produz *mundos de morte* (opt cit.). A “militância faz o que o governo não faz” (Tia Vilma) e, nesse cenário, cozinhar e o simples ato de comer deixa de ser assim tão simples. Cozinhar de forma solidária, com recursos e estruturas construídas a partir de uma organização social, nacional, ampla e coletiva - à margem das políticas públicas - é um ato político que parte de uma *potência de ação* (opt. cit.), de resistência e levante popular. Comer é, também, um ato político: sobreviver à tragédia da fome, ter um corpo vivo alimentado e sobrevivente à necropolítica do Estado é símbolo da força e da resistência subjetiva no combate à fome e manutenção da vida. Faz parte do *quefazer* (BARÓ, 1996) do campo da psicologia assumir uma tarefa que produz efeitos objetivos na realidade social de modo que se faz urgente nos juntarmos, enquanto classe de psicólogos e psicólogas, na luta pelo combate à fome e pela construção de uma identidade brasileira não apenas sobrevivente às mazelas da fome, mas não mais distorcida pelo desejo colonial e pela mortificação – que possamos, juntos, afirmar a potência plena da vida.

7. Considerações Finais

Eu vivia dizendo: a felicidade virou-me as costas. Agora ela pegou-me nos braços.
(Carolina Maria de Jesus em Casa de Alvenaria: volume 1 - Osasco)

Somos filhos da época
e a época é política.

Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.

Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político.

O que você diz tem ressonância,
o que silencia tem um eco
de um jeito ou de outro político.

Até caminhando e cantando a canção
você dá passos políticos
sobre um solo político.

Versos apolíticos também são políticos,
e no alto a lua ilumina
com um brilho já pouco lunar.
Ser ou não ser, eis a questão.
Qual questão, me dirão.
Uma questão política.

Não precisa nem mesmo ser gente
para ter significado político.
Basta ser petróleo bruto,
ração concentrada ou matéria reciclável.
Ou mesa de conferência cuja forma
se discutia por meses a fio:
deve-se arbitrar sobre a vida e a morte
numa mesa redonda ou quadrada.

Enquanto isso matavam-se os homens,
morriam os animais,
ardiam as casas,
ficavam ermos os campos,
como em épocas passadas
e menos políticas.
(Wisława Szymborska - Filhos da Época)

Terminar o presente trabalho com Carolina, para além de uma escolha estética textual, é uma escolha também política. Carolina escancarou mazelas, expôs a ferida pútrida que a fome produz nos corpos por ela atravessados. Entretanto, para além dos diários de uma favelada, Carolina também foi outra: não apenas sobrevivente da fome e escritora-testemunha da escassez, foi também

compositora, cantora, artista circense; uma multi artista, plural, que fez de seu corpo abundância - de linguagens, narrativas, vivências. Carolina pode reescrever as narrativas que lhe desejavam apenas objeto do olhar branco, exótica, exposta ao mundo por seus retratos da pobreza. Carolina teve sua imagem fetichizada pela branquitude, que a via sempre como alguém vítima da escassez e refém da fome, à título comercial: *Quarto de Despejo* foi um fenômeno mundial de vendas; a imprensa explorou sua imagem e, em suas fotos mais populares, esteve sempre cabisbaixa com a favela ao fundo. Narrativa esta atravessada pelo racismo e classismo, visto que procurava definir e encerrar suas vivências exclusivamente aos fenômenos da pobreza.

Mas, ao sair da extrema condição de miséria, deixar de ser vítima da fome e, à despeito da narrativa branca, única, hegemônica, Carolina pode refazer as rotas, retratar a trajetória de sua vida - se alimentar não apenas de comida, mas de poesia, brincos de pérola e vestidos afro-futuristas. Carolina traiu a linguagem, subverteu as violências e fez seu lugar no mundo através da abundância - de palavras, de afetos e de possibilidades de uma vida outra. É essa resistência política transformadora que espero ter podido colocar em foco de análise no presente trabalho e é essa transformação que desejo para as 33,1 milhões de pessoas que hoje passam fome no Brasil: apesar da dor (e com a dor), que, através da luta popular, possamos transformar estômagos famintos em estômagos políticos, que se alimentam da luta, da felicidade e da solidariedade como afetos insubmissos que resistem e, ao serem transformados, transformam a vida e o mundo. É, também, nessa transformação que reside o trabalho da psicologia no campo social, engajada com a práxis transformadora e politicamente posicionada: transformar os sofrimentos ético-políticos em potência de ação.

Um estômago alimentado, uma cozinha solidária, o exercício de uma psicologia engajada são todos exemplos de que tudo é político e, para haver transformação da realidade social, é urgente que possamos fazer de nossas críticas e ideais ações concretas, realizadas e materializadas no mundo.

Igualmente, situar a cozinha solidária como um *locus* de solidariedade política é entendê-la em sua dimensão de prática transformadora: no calor do fogo em que se transforma alimento em comida, também se transforma a fome em ato de combate; nas mãos que lavam, descascam, picam, misturam e resistem aos

cortes, às facas, às queimaduras, também resiste a luta. Em cada quentinha entregue diariamente, em cada estômago alimentado, resiste a vida. E, pessoas alimentadas, que não mais estejam submetidas à condição de “mortas-vivas”, não mais submissas à fome, podem sonhar e fazer seu próprio lugar no mundo, experimentando outras formas de nele estar. Se quem inventou a fome foi a branquitude colonial, os que comem, que possamos desinventá-la através da luta e da resistência, combatendo a escassez como norma e construindo um mundo de abundância e solidariedade.

Ademais, vale ressaltar que este trabalho não pode abarcar toda a complexidade da CS do Jardim Iguatemi e, tampouco, se pode generalizar esta experiência para as outras cozinhas solidárias do MTST. Pude fazer uma breve e tímida aproximação ao campo-tema e é preciso dizer que, com o fim dessa pesquisa, não se encerra o que foi experienciado por mim e o que se vive todos os dias no cotidiano das CSs; se faz importante e necessária a continuidade do registro, do testemunho e do produção de memória da luta popular no combate à fome no contexto da pandemia de COVID-19.

3. Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Flávia. **SP: população em situação de rua cresce 31% em 2 anos, mostra censo**. Agência Brasil, São Paulo, 24 jan. 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/populacao-de-rua-cresceu-31-em-dois-anos-indica-censo>> Acesso em: 14 de jun de 2022.

AZEVEDO, Jade. MST. **Cozinhar é um ato político: ação Marmitas da Terra completa 1 ano em Curitiba**. Brasil, 05 mai. 2021. Disponível em:

<<https://mst.org.br/2021/05/05/cozinhar-e-um-ato-politico-acao-marmitas-da-terra-completa-1-ano-em-curitiba/>> Acesso em: 23 jun. 2021.

BARÓ, Ignácio-Martin. **O papel do psicólogo**. Estudos de Psicologia. v. 2 n. 1., pp. 7-27. São Paulo, 1996.

BELIK, Walter. **A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v.19, n.2, p.94-110, 2012.

BOCK, Ana M. Bahia. MELSERT, Ana Luísa de Marsillac. **Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres**. Revista Educação e Pesquisa, v. 41, n. 3, p. 773-790, São Paulo, 2015.

BOCK, Ana M. Bahia (orgs.). **Psicologia e o compromisso social**. Ed. Cortez. São Paulo, 2009.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Cozinha Comunitária**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-cozinha-comunitaria>> acesso em: 07 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira**, vol. 1. Brasília, 2010.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1984.

CASTRO, Helisa Canfield de. **A comida na (da) margem: experiências compartilhadas em uma cozinha comunitária**. Dissertação (mestrado em

Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional.** Brasília, 2004. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf> Acesso em: 23 jun. 2021.

CASTRO, Helisa Canfield de. **A comida na (da) margem: experiências compartilhadas em uma cozinha comunitária.** Dissertação (mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

CONTI, Irio Luiz. **Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar.** Notícias CONSEA, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/31sifcN>. Acesso em 01.out de 2021.

FANON, Franz. **Os condenados da terra.** . Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí; VIANA, Cássio Vinícius Afonso. **Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação – uma discussão necessária em tempos de pandemia.** Interface, vol 25. Botucatu, 2021.

GIOVANAZ, Daniel; STROPASOLAS, Pedro. **Brasil com fome: pandemia e desmonte do Estado agravam drama dos trabalhadores.** Brasil de Fato. São Paulo, 11 ago. 2021. Disponível em: <<<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/11/brasil-com-fome-pandemia-e-desmonte-do-estado-agravam-drama-dos-trabalhadores>> Acesso em: 01 out de 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2020.

GOMES, José Agnaldo. **A comuna da terra: utopia e alternativa. itinerários de sentidos e marchas de pessoas em situação de rua que buscam sua participação social**. 1ª ed. Equador: Ed. Abya-Yala, 2005.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; SILVA, Ronnie Aldrin (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois, volume 1**. São Paulo, 2014.

IBIRAPITANGA, Instituto. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. Rio de Janeiro, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria: Volume 1 - Osasco**. 1ªEd. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Manifestantes do MTST protestam no shopping Iguatemi, em SP, contra o aumento da fome. G1, São Paulo, 08 jun. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/08/manifestantes-do-mtst-protestam-no-shopping-iguatemi-em-sp-contra-o-aumento-da-fome.ghtml>> Acesso em: 08 jun. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIURA, Paula Orchiucci; SAWAIA, Bader Burihan. **Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação**. Psicologia & Sociedade, vol. 25, nº 2, pp. 331-341. São Paulo, 2013.

MTST. **As cozinhas solidárias do MTST: refeições gratuitas e afeto nas periferias do Brasil**. Brasil, 12 mar. 2021. Disponível em:

<https://mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil/>> Acesso em: 23 jun. 2021.

NERI, Marcelo. **Desigualdade de impactos trabalhistas na Pandemia**. Centro de Políticas Sociais da FGV, Rio de Janeiro, 2021. disponível em: [https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Desigualdade_de_Impactos_Trabalhistas_na_Pandemia_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf). > Acesso em: 24.set de 2021.

NÓBREGA, Juliana da Silva. **A produção da vida como política no cotidiano: a união de terras, trabalho e panelas no Grupo Coletivo 14 de Agosto, em Rondônia**. Tese (doutorado em Psicologia Social), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Cida de. **Contra a fome, MTST abre cozinha solidária Herbert de Souza no centro de São Paulo**. Rede Brasil Atual, São Paulo, 14 jun. 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2022/06/contra-a-fome-mtst-abre-cozinha-solidaria-herbert-de-souza-no-centro-de-sao-paulo/>> Acesso em: 14 de jun de 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina** in: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO. p. 107-130. Buenos Aires, 2005.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - PENSSAN. **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Brasília, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 15 jun 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - PENSSAN. **II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Brasília, 2022. Disponível em:

http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 08 jun 2022.

ROCHA, Glauber. **Uma Estética da Fome**. Carta-Manifesto, Nova Iorque, Milão, Rio Janeiro, 1965. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/leia-a-integra-do-manifesto-uma-estetica-da-fome-de-glauber-rocha/>> /Acesso em: 24 jun 2021.

SÁ, Eduardo. **Cozinhas solidárias dos Sem Teto têm contribuído para o combate à fome**. Mídia Ninja, São Paulo, 04 nov. 2021. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/cozinhas-solidarias-dos-sem-teto-tem-contribuido-para-o-combate-a-fome/>> Acesso em: 10 de jun de 2022.

SABÓIA, Gabriel; SOUZA, Rafael Nascimento de. **Garimpo contra a fome: sem comida, moradores do Rio recorrem a restos de ossos e carne rejeitados por supermercados**. Jornal Extra, Rio de Janeiro, 29 set. 2021. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/garimpo-contra-fome-sem-comida-moradores-do-rio-recorrem-restos-de-ossos-carne-rejeitados-por-supermercados-25216735.html>> Acesso em: 30 de nov de 2021.

SAWAYA, Bader (Org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social** (pp. 97-118), 2ª ed. Vozes: Rio de Janeiro, 1999.

SPINK, Peter Kevin. **O pesquisador conversador no cotidiano**. Revista Psicologia & Sociedade, vol 20, nº especial, pp. 70-77, São Paulo, 2008.

SVARTMAN, Bernardo Parodi; GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. **Comunidade e Resistência à Humilhação Social: Desafios para a Psicologia Social Comunitária**. Revista Colombiana de Psicologia, vol. 25 nº 2, pp. 331-349, Bogotá/Colombia, 2016.

SZYMBORSKA, Wisława. **[Poemas]**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TV BRASIL. **Lançamento do Plano Safra 2021/2022**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AJrY3SKjr2I&t=661s>> Acesso em: 24. jun. de 2021.

XEREZ, Gioras. Moradores coletam comida em caminhão de lixo em Fortaleza. G1. Ceará, 18 out. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/18/moradores-coletam-comida-em-caminhao-de-lixo-em-fortaleza.ghtml>> Acesso em: 20 nov. 2021.

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Conforme Res. n. 466 de 12/12/2012 – MS/CNS/CONEP

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “O estômago é um órgão político: resistência, combate à fome e vínculos de solidariedade em cozinhas solidárias na pandemia de COVID-19”, sob coordenação do Prof. Dr. José Agnaldo Gomes (contato abaixo). Após esclarecido(a) sobre objetivos, métodos e procedimentos do estudo e demais informações a seguir e, no caso de aceitar fazer parte do estudo, pedimos que assine ao final do documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, não haverá qualquer prejuízo na sua relação comigo e com a instituição da qual faço parte.

O objetivo dessa pesquisa é compreender e registrar as dimensões afetivas e políticas presentes nas cozinhas solidárias comprometidas socialmente com

medidas de combate à fome e enfrentamento da crise humanitária provocada pelo descaso governamental na gestão da pandemia de Covid-19 e suas consequências sociais para a população. Destacamos que sua participação é voluntária e que a entrevista pode ser interrompida a qualquer momento. A não-autorização do uso do material também pode ser requisitada em qualquer tempo. Além disso, o sigilo está garantido e sua identidade não será revelada, a não ser que opte expressamente por identificar-se abaixo. Você poderá solicitar esclarecimentos sobre a pesquisa nos contatos abaixo durante a entrevista ou a qualquer momento. O material poderá ser utilizado em futura publicação, sempre com finalidade acadêmica. Você não terá nenhuma despesa como também não receberá nenhuma remuneração.

Frisamos ainda que o áudio da entrevista será gravado e transcrito em texto, para ser editado e analisado de acordo com os objetivos do estudo. Os arquivos das entrevistas serão armazenados sob sigilo, em computador de meu uso pessoal, ao qual somente eu tenho acesso. Após concluída a pesquisa, comprometo-me a entregar-lhe uma cópia do material.

Importante mencionar possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa. Ainda que mínimos, podem ocorrer constrangimentos durante a entrevista em decorrência do sentimento de exposição e da experiência de recordar passagens difíceis de sua experiência, exigentes do ponto de vista afetivo. Neste sentido, asseguramos tomar todos os cuidados possíveis para evitar, minimizar ou mesmo reparar estes desconfortos, antes, durante e após a realização da entrevista. Como benefícios, de modo geral, seu depoimento poderá contribuir para o registro da memória social do Movimentos das Cozinhas Solidárias no cenário da pandemia de Covid-19 no Brasil.

Pesquisador Responsável: Prof. Dr. José Agnaldo Gomes do Departamento de Psicologia Social.– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. R. Monte Alegre, 984 -Bairro Perdizes-CEP 05014-901 -São Paulo (SP). e-mail: agnaldo.gomes.jose@gmail.com Telefone para contato: (11) 3670-8520

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você pode entrar em contato com a secretária do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A sede do CEP no Campus Monte Alegre localiza-se no andar térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello, na sala 63-C, na Rua Ministro Godói, 969 – Perdizes – São Paulo – SP – CEP: 05015-001. O telefone é (11) 3670-8466 e o e-mail: cometica@pucsp.br.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinado(a), concordo em participar da pesquisa **“O estômago é um órgão político: resistência, combate à fome e vínculos de solidariedade em cozinhas solidárias na pandemia de COVID-19”** como sujeito (entrevistado-depoente). Fui devidamente esclarecido(a) sobre a pesquisa, seus procedimentos, e os possíveis riscos e/ou benefícios envolvidos na minha participação.

Gostaria de revelar minha identidade (nome próprio)

Não gostaria de revelar minha identidade (utilizar nome fictício)

Local e data:

Assinatura:
